

AÇÃO OCIDENTAL NO ORIENTE MÉDIO E A FORMAÇÃO DO JIHADISMO SUNITA

WESTER ACTION IN THE MIDDLE EAST AND THE FORMATION OF SUNITA JIHADISM*

DANILO VIEIRA**
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA, BRASIL

Resumo: O presente artigo visa expor o fenômeno do jihadismo, movimento terrorista islâmico, como resultado retaliatório do processo de violência simbólica e fática exercido pela política externa ocidental, em especial a norte-americana. As ações ocidentais, especialmente a política norte-americana no Oriente Médio, se justificaram na pretensão cosmopolita/triunfalista, a exemplo de ações militares no Afeganistão, Iraque e no apoio a alguns movimentos de resistência na Primavera Árabe, como acontecido de forma desastrosa na Líbia e na Síria. Logo, o discurso universalista pode ser um meio justificador de violência? Qual sua repercussão na formação do “novo Terrorismo”, materializado no movimento ISIS/Daesch?.

Palavras-chave: Ocidente. Estados Unidos. Islã. Terrorismo. Jihadismo. ISIS.

Abstract: The present article aims to expose the phenomenon of jihadism, the Islamic terrorist movement, as a retaliatory result of the process of symbolic and factual violence exercised by Western foreign policy, especially the North American one. Western actions, especially US policy in the Middle East, were justified in cosmopolitan / triumphalist pretensions, such as military actions in Afghanistan, Iraq, and support for some resistance movements in the Arab Spring, as happened disastrously in Libya and Syria. So, can universalist discourse be a justifying means of violence? What is its repercussion in the formation of the "new Terrorism", materialized in the ISIS / Daesch movement?

Keywords: West. U.S. Islam. Terrorism. Jihadism. ISIS.

* Artigo recebido em 27/08/2018 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 30/11/2018.

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor titular de Relações Internacionais e Direito no Centro Universitário de Brasília(Uniceub) e professor de Direito no Instituto de Direito Público do Distrito Federal (IDP). E-mail: dapocavi@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3425099445789751>.

1. AS AÇÕES OCIDENTAIS NO MUNDO ISLÂMICO

O fenômeno do terror religioso fundamentalista, tem sua origem anterior a ação norte-americana no Oriente Médio e Ásia Central.

É importante salientar que ação europeia foi declaradamente uma medida de Império, de dominação, de assimetria colonialista, com um discurso de supremacia cultural dos modelos nacionais de modernidade (modernidade portuguesa, francesa, inglesa).

Inicialmente, o subcontinente indiano já estava sob dominação europeia desde o século XVI, intensificando-se posteriormente, passando pelo sucessivo controle de Portugal, Espanha, França e Reino Unido. Especificamente sob o mandato britânico, os indianos sofreram arbitrariedade sob o discurso do atraso e da inferioridade cultural e até mesmo “racial”, resultando em movimentos de resistência como a Rebelião de 1857, encampada por soldados muçulmanos insatisfeitos com as humilhações sofridas pelo comando do Exército Colonial.

Na África, sujeita as diretrizes imperiais neocoloniais, foi partilhada pelas potências ocidentais, que impunham uma retórica de superioridade civilizacional e até mesmo racial, em relação as tradições locais, inclusive o Islã. A resposta de resistência a dominação neocolonial na África muçulmana, em especial Chade e Sudão, foi o Mahdismo, um levante com conotações de missão religiosa contra a ação Inglesa na região.

A rebelião de 1857 e o mahdismo serão as primeiras expressões de Jihadismo, o que será tratado a frente.

Com o colapso do Império Otomano, no fim da Primeira Guerra Mundial, a França e o Reino Unido, por meio do tratado de Sikes-Pikot (16 de maio de 1916), dividiram o seu território, destinando o que é hoje o Líbano e a Síria aos franceses e a região da Mesopotâmia, Transjordânia e Palestina aos ingleses.

Esses territórios, por meio do Tratado de Sévres (10 de agosto de 1920), foram organizados (forjados) em Estados, ao modelo westfaliano. Houve também, em 1917, o compromisso do governo britânico em apoiar o estabelecimento do “lar do povo judeu” na Palestina, por meio da Declaração de Balfour, destinado ao Lord Rothschild, considerado uma afronta ao povo muçulmano local (KISSINGER, 2015).

Com o fim do Império Otomano e a ocupação neocolonial no Oriente Médio uma ordem político religiosa (dar al islam), com legitimação sagrada e a-histórica, é substituída por uma estrutura política fragmentada e secular (modelo de Estado nacional).

O menosprezo identitário, a desconsideração completa das tradições político-jurídico-sociais sustentadas na fé, foi a marca da dominação europeia. A resistência se manifestou tanto pela via secular, a exemplo do pan-arabismo, quanto pela via religiosa pró-islâmicas, que defendiam (e ainda defendem) que a religião é o fator de unidade e condução para a emancipação.

Com o término da Segunda Guerra, há a ascensão dos EE.UU. e da URSS.

Por questões de ordem estratégica advindas da importância econômica da região, não só em função do petróleo, mas de acessos marítimos importantes (estreito de Bósforo e Canal de Suez), além do fim do domínio inglês e francês e da crescente influência soviética sobre os árabes, principalmente após a fundação de Israel, a presença norte-americana tornou-se constante e definitiva na região.

Já no final da Segunda Guerra Mundial, após a Conferência de Yalta, F. D. Roosevelt, em fevereiro de 1945, a bordo do cruzador americano USS Quincy, encontrou-se com o rei Abdul Aziz Ibn Saud da Arábia Saudita. Do encontro surgiu a aliança histórica entre sauditas e norte-americanos, definindo que o reino saudita, a partir de então, estaria sob a proteção norte-americana. A pretensão do Presidente Roosevelt ter acesso e controle ao petróleo saudita, pois quem controla o petróleo possui a capacidade de asfixiar o adversário dependente do recurso energético (SILVA).

O tratamento estratégico sobre o petróleo não ficou restrito a Árabia Saudita, atingindo de forma violenta o Irã (LEWIS, 2004). Os EE.UU. contrariamente à sua retórica de defesa da autonomia dos povos, incitou e apoiou, em parceria com o Reino Unido, o golpe militar (1952) contra o governo nacionalista do primeiro ministro iraniano Mohammed Mossadeq, que defendia a nacionalização das empresas petrolíferas (KISSINGER, 2012). O governo Eisenhower, depois de inúmeras pressões econômicas, instigou, por meio da CIA um levante que acabou desestabilizando o governo.

Outra medida norte-americana, por sinal traumática, no Oriente Médio foi a acomodação do Estado de Israel, considerado uma expropriação afrontosa contra árabes e muçulmanos da

região. Um fator que promoveu o pan-arabismo, a tragédia palestina, aproximou os árabes dos soviéticos e transformando o Oriente Médio em palco de diversas guerras.

Os norte-americanos assumiram um compromisso feito pelos ingleses (Declaração de Balfour), justificados por argumentos étnico-religiosos (o retorno do Povo escolhido à Terra Prometida), desconsiderando uma população tradicional e majoritária crente em ser representante de um momento de superação definitiva do judaísmo e do cristianismo (ANDERSON, 2015).

Israel assumiu uma importância estratégica para os EE.UU. Israel é um incômodo lembrete da proposta moderno-universal norte-americana de Estado e um braço de desestabilização das ações pan-arabistas desenvolvidas por Gamal Abdel Nasser e seus aliados.

A desagregação do nasserismo, principal vertente do pan-arabismo, acabou por fazer com que gradualmente o Egito e, posteriormente, Jordânia, saíssem da esfera de influência soviética e caíssem nas graças dos norte-americanos. Aliás, contrariamente ao seu discurso wilsoniano, em prol da segurança e dos interesses políticos econômicos (jacksonianismo e hamiltonianismo), os norte-americanos não hesitaram em apoiar regimes despóticos alinhados às suas fileiras. Exemplos dessa acomodação foram o acordo de Camp Davis (1979), que selou a paz entre Israel e Egito, e o tratado de paz com a Jordânia (1994) mediados pelos Estados Unidos.

Outro regime autoritário sob apoio norte-americano foi o iraniano do Xá Rezha Pavlev. O governo ditatorial do Xá teve seu início com a derrocada de Mossadeq, o que foi denominado como a Revolução Branca, tendo como principais características a ocidentalização do Irã e as violentas ações, por meio do seu serviço secreto (Savak), contra os movimentos de oposição, em especial os movimentos pró-islâmicos xiitas.

Em meio a uma crise econômica, caracterizada por inflação e desemprego, ao desagravo sobre a proximidade aos norte-americanos e ingleses, o regime terminou com a revolução islâmica iraniana, 1979, liderada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini, que estabeleceu uma república islâmica, com bases teocráticas.

Outro evento que abalou as estruturas do “grande oriente médio” em 1979, necessário para se entender o elo entre as ações norte-americanas no mundo Islâmico e o surgimento do terror ou jihadismo, foi a guerra do Afeganistão.

Os norte-americanos em resposta a invasão soviética, financiaram os movimentos de resistência denominados de Mujahadins (SEGATTO, 2016). Os norte-americanos, com auxílio saudita e paquistanês, apoiaram os insurgentes sem reservas, sem exigência de uma contrapartida, como a abertura política ou econômica. A mentalidade de Washington era que a religião islâmica seria um antídoto ao comunismo, mesmo cientes das sequelas oriundas da Revolução Islâmica Iraniana, sendo antiamericanismo considerado um mal menor (VISENTINI, 2014). O conflito, entretanto, tinha conotação Jihadista, tendo como bandeira a defesa da fé islâmica e da comunidade muçulmana.

Neste ambiente conflituoso, o Al Qaeda, a rede terrorista internacional de denominação islâmica, se desenvolveu, tendo como seus fundadores e componentes originais veteranos mujahadins.

A política norte-americana na década de 1990 foi decisiva para a ação do Al Qaeda. Em 1990, em represália ao ataque Iraquiano no Kuwait (Guerra do Golfo) e atendendo ao pedido saudita, escorados em compromissos históricos, assumidos na década de 40, e sob a legitimação da ONU, os Estados Unidos organizaram uma coalizão militar internacional denominada de Tempestade no Deserto, sendo bem sucedida na expulsão dos iraquianos no Kuwait. As forças de coalizão da Guerra do Golfo foram sediadas em terras sauditas, consideradas sagradas, o que foi considerado uma profanação, sendo conclamada a Jihad.

A partir da tal profanação ao Al Qaeda delibera inúmeros atentados contra os norte-americanos como a do World Trade Center em 1993, o ataque à base militar de Kobhar, na Arábia Saudita, em 1996, os atentados contra embaixadas norte-americanas em 1998, e o atentado contra o navio USS Cole, em 2000, e ao World Trade Center, em 2001.

O governo George W. Bush, em resposta, agiu duramente, declarando guerra ao Afeganistão, país que abrigava Osama bin Laden, controlado por uma facção jihadista denominada de Taleban (estudantes), dando início a Guerra ao Terror (SUAREZ, 2013).

Entretanto, a guerra ao terror não ficou restrita ao Al Qaeda e ao Afeganistão. Por um revanchismo advindo de 1990, pela pretensão de controle sobre o petróleo, mas com o discurso moral de combate às armas de destruição em massa, nunca encontradas, e de constituição de um regime democrático, o Iraque foi alvo dos norte-americanos (BELLUZO, 2004). Após a

ocupação, arbitrariedades, torturas, campanha de assassinados e supressão de informações foram cometidos pelos norte-americanos e seus aliados.

A pretensão do governo Bush era estabelecer o modelo ocidental-liberal de democracia ao Oriente Médio, dando como exemplo a ação norte-americana contra os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial. A guerra era um recurso avassalador, não só para se levar a democracia, mas para se manter a segurança! Trata-se da guerra justa e o entendimento que o EE.UU. possuíam uma missão civilizatória (‘policiais do universo’)!

No governo Barack Obama, houve uma promessa de nova abordagem na região, assumindo uma postura de recuo.

Com a Primavera Árabe, levante popular iniciado em 2010, parte significativa do Oriente Médio mudou dramaticamente, com a derrubada de ditaduras na Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia. Os norte-americanos agiram “timidamente” com apoio aéreo, como no caso da Líbia. Entretanto, houve o receio estadunidense de que a vitória da Irmandade Muçulmana, movimento iniciador da Primavera Árabe, representasse a ascensão do islamismo radical. O governo Obama não apoiou a Irmandade efetivamente, suspendendo, como no caso do Egito, ajuda financeira, o que agravou a crise econômica naquele país, enfraquecendo e acarretando na queda do governo Mussi.

Houve também a desorganização das forças da Irmandade Muçulmana na Síria, Líbia e até mesmo na Tunísia e os espaços foram ocupados por forças seculares democráticas (Tunísia), autoritárias (Egito) e por movimentos salafistas, inclusive braços do Al Qaeda, na Líbia e na Síria.

Também em 2010 iniciou-se a retirada das tropas norte-americanas do Iraque tendo sua conclusão em 2011, com a saídas dos últimos 50 mil soldados estadunidenses.

Os EE.UU. partiram mas os problemas criados persistiram, pois a insurgência ligada ao Al Qaeda manteve-se, alimentada pela impossibilidade de conciliação entre Xiitas, Sunitas e Curdos. Antes vinculados ao poder, a minoria sunita, que controlava o partido do governo, o Baath, agora se sujeitava ao revanchismo da maioria xiita, ao sul, e curda ao norte, sendo o fomento para a guerra civil e do desastre chamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante.

2. JIHADISMO

O Jihadismo não deve ser confundido com o princípio islâmico Jihad, pois é uma categoria de insurgência religiosa, fundamentalista e, em alguns casos, apocalíptica.

Define-se como Insurgência o movimento de oposição ao status quo político de um Estado. As insurgências podem ser políticas ou religiosas. Sendo políticas, apresentam características anarquistas, primando por ruptura, ou preservacionistas, com índole conservadora/tradicionista. As insurgências religiosas sempre são de cunho purista, ou seja, se acham defensoras e legatárias das fontes da fé, da pureza original, agindo pela restauração dos fundamentos (fundamentalismo) ou lutam pela chegada do julgamento final, pelo fim dos tempos, acreditando assumir o papel de acelerador deste processo (apocalípticos / GONÇALVES, 2017).

A insurgência jihadista, pelos métodos de terror, visa combater, retoricamente, contra a mercantilização das relações sociais e humanas, as normas da modernidade laica e os valores da civilização ocidental cristã (SEGATTO, 2016).

Contrariamente ao Jihadismo, o Jihad apresenta uma dimensão ética individual-esotérica e político-religiosa. O Jihad al-kubra (esforço maior) resume-se a uma virtude esotérica, a luta interior, individual em que pessoa busca se autodisciplinar recorrendo aos ensinamentos religiosos. O fim é o autocontrole, a sujeição de paixões e vontades na busca do progresso interior.

O Esforço maior é categorizado em Jihad al-nafs (esforço contra si mesmo) e Jihad al-Shaytaan (esforço contra o Satã). O Jihad al-nafs (jihad contra si mesmo) é de quatro tipos: a) esforço no aprendizado do Islã, única forma de se buscar a plenitude e felicidade, seja no mundo material como no espiritual; b) esforço na devida aplicação dos ensinamentos do Islã; c) esforço na difusão do Islã; d) esforço no exercício da paciência, suportando as dificuldades na difusão da revelação de Allah. Ao se alcançar esses quatro níveis, a pessoa será considerada um rabbaaniyyeen, um sábio da religião, conforme disposto no Corão (3:79). O Jihad al-Shaytaan expressa-se de duas formas: repudiar as dúvidas que abalam a fé; combater os desejos corruptos.

O jihad al-sughra (esforço menor) é a guerra de defesa, o esforço em zelar pela existência e segurança da Ummah. Há de se lembrar que a Comunidade está presente em cada balegh

(cidadão muçulmano), onde ele estiver, não existindo delimitação territorial. Logo, cada muçulmano tem o dever de lutar em favor do seu irmão de fé (defender o fiel é defender a Comunidade), pegar em armas contra as ameaças estrangeiras e resistir contra as arbitrariedades internas.

O Jihadismo inspira-se no Jihad al-sughra, porém, gradualmente, se distanciou do fundamento ético (akhlaq) do esforço menor, reduzindo-o à luta (qital) e legitimando a violência e a barbárie, banalizando a vida e a humanidade, em nome de uma “causa” ideal e particular dos grupos “resistentes”.

As origens do Jihadismo remontam ao século XIX, sendo uma resposta de resistência política contra o imperialismo Ocidental. O primeiro expoente do pensamento Jihadista foi Sayyid Jamaluddin al-Afghani, que defendia o esforço menor como um direito natural contra a opressão cultural e religiosa e forma de reafirmação identitária muçulmana, respondendo, assim, ao universalismo moderno e ao proselitismo cristão (JALAL, 2009). Sayyid al-Afghani inspirou sua concepção de Jihad nos levantes mahdistas do século XIX.

A partir da Primeira Guerra Mundial, o jihadismo começou a ensaiar pretensões transnacionais, com a justificativa na universalidade da Ummah e na Tawhid (Unidade). Obaidullah Sindhi defendia que a ameaça colonialista ocidental não atingia apenas as localidades ou particularidades, mas atentava contra o Islã em sua totalidade, cabendo à resistência não se restringir a territorialidades (JALAL, 2009).

No século XX, os fundamentos Jihadistas foram reformulados redefinidos por Abul A’la Mawdudi e Sayyid Qutb. Mawdudi entendia que o discurso ocidental de atraso e barbárie islâmica era uma justificativa para os seus próprios atos de dominação, cabendo ao muçulmano, como resposta, apropriar-se da retórica de violência. Na visão de Mawdudi a tirania prosperou em função do abandono da Jihad e do sentido de auto-respeito. A Jihad assume, portanto, um papel revolucionário (thawrah) de ruptura com os modelos neo-colonial e de resgate da dignidade perdida no Islã.

Sayyid Qutb é o principal ideólogo da Irmandade Muçulmana, fundada no Egito, no ano de 1928, por Hassan el Banna.

O objetivo da Irmandade Muçulmana é a instauração de um regime político, jurídico e econômico autenticamente islâmico, inspirado na Ummah, na Tawhid e no Khilafah, amparado na Sharia, tendo como slogan o “Corão é a nossa Constituição” (KEPPEL, 2003).

Em 1964, a Irmandade tem uma guinada em seu projeto político, com a liderança de Sayyid Qutb. Para Qutb, o Ocidente e a própria comunidade de muçulmanos vivem num estado de barbárie (jahiliyyah), cabendo a Irmandade conduzir a população à autêntica islamização.

Qutb e Mawdudi defendiam que as ações jihadistas deveriam se voltar contra os “muçulmanos subservientes” ao domínio ocidental. Trata-se de uma guerra contra os muçulmanos infiéis em nome da “restauração” da Comunidade de fiéis ideal.

No final da década de 1970 a Irmandade Muçulmana teve seu momento de radicalização por meio da sua união com o movimento terrorista Gama'a al Islamiyya, exteriorizando, definitivamente, a ruptura entre o nacionalismo árabe. Sobe a lógica da jahiliyyah, cristão coptas foram extorquidos e mortos, turistas foram vítimas de ataques e o próprio presidente egípcio Anwar Sadat foi assassinado.

Na década de 80, especificamente depois da morte do presidente egípcio Anwar Sadat, a Irmandade muçulmana publicamente renunciou a violência, se afastando do movimento Gama'a islamiyyah, tornando-se mais moderada e agindo por vias institucionais (controle da Ordem dos Advogados).

A organização mesmo na clandestinidade teve participação decisiva no início da Primavera Árabe, não somente no Egito, mas em vários países árabes, inclusive na Síria.

A escola de interpretação islâmica que fundamentou o pensamento de al-Afghani, Mawdudi, Qutb foi o wahabismo. A denominação reporta ao inspirador da escola de pensamento, Muhammad ibn Abd al Wahab, clérigo do século XVIII, ligado a Muhammad bin Saud, ancestral da dinastia saudita. Wahab acreditava que os muçulmanos se distanciaram do Islã, corrompendo-se ao luxo e à promiscuidade da época. Wahab defendia como solução o retorno aos princípios básicos da fé. Ibn Saud, em 1744, aderiu aos pensamentos de Wahab, apoiando-o político-militarmente.

As ideias de Mawdudi e Qutb ainda persistem nos movimentos salafistas. Salafismo deriva da palavra al salafi al salih, que significa "devoto dos predecessores ou antepassados". Trata-se de um movimento conservador sunita de resgate aos fundamentos do Islã, respondendo

a ocidentalização da comunidade muçulmana (WOOD, 2017). Os salafistas não possuem uma estrutura organizacional institucional, sendo dispostos em grupos dispersos.

A violenta operacionalidade do Jihadismo sunita, contemporaneamente, tem seu início em 1979, com a Guerra do Afeganistão. A ocupação soviética, ocorrida em função do pedido de auxílio do regime aliado afegão, que estava a beira do colapso, foi tratada como um ato de império e de afronta ao Islã, sendo declarada o Jihad al-sughra.

Os norte-americanos e seus aliados sauditas, se aproveitaram desta situação financiando os mujahadins, que eram preparados no Paquistão, na cidade Peshawar. Houve, inclusive, uma aliança entre a CIA (Central Intelligence Agency) com o Jama'at-e islam, movimento político pró-jihadista paquistanês fundado por Mawdudi.

Com o fim da Guerra, em 1989, os norte-americanos se desinteressaram pelo Afeganistão, porém para os mujahadins a Jihad não tinha sido concluída. Os estrangeiros, em grande parte árabes sauditas wahabitas, não retornaram a sua terra natal, por não serem considerados bem vindos. O Al Qaeda ali se desenvolve.

O Al Qaeda reformulou a concepção de jihadismo, não se voltando apenas a invasores e a muçulmanos “ímpios” (jahiliyyah), mas contra à “barbárie” por onde ela estiver.

O Jihad assume uma dimensão universalista, de conflito cósmico com dimensões transcendentais, divinas, sendo o militante um “serviçal de Deus”, sua mão (ASLAN, 2009). O Jihad perde a sua essência ética tornando-se desumana, aceitando a perda de vidas como um sacrifício necessário, banalizando o uso da força.

A ação Jihadista se consolidou na Guerra do Golfo, quando forças ocidentais, lideradas pelos EE.UU., ficaram sediadas na Arábia Saudita, ato considerado profano. O grande ato do Al Qaeda foi o atentado de 11 de setembro de 2001 contra os edifícios do World Trade Center.

Em retaliação o governo norte-americano, presidido por George W. Bush declarou a Guerra contra o Terror e a política de ações preventivas atingindo quem não era ligado ao Al Qaeda, o regime iraquiano de Saddam Hussein.

A polêmica invasão Iraque, motivada por tantos pretextos, como a destruição das armas químicas desenvolvidas por Saddam Hussein, a queda do regime ditatorial e a constituição de um regime democrático, mas tendo como objetivo primaz o controle das jazidas petrolíferas (a

quinta maior do mundo), foi tratada pelos movimentos jihadistas como uma agressão estrangeira, legitimadora da Jihad al-sughra.

Desenvolveu-se, assim, um movimento de resistência, orquestrada pela Al Qaeda, liderada pelo experiente ex-mujahadin jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, veterano da guerra do Afeganistão.

A insurgência se agravou em função dos problemas entre sunitas, xiitas e curdos. Com a invasão norte-americana, feridas foram expostas, oriundas da fundação do Iraque, pois a maioria xiita ao sul e a curda ao norte foram submetidas pelos sunitas, fundadores e componentes do partido Baath, apoiados pelos ingleses e depois pelos norte-americanos. Com a queda do regime de Saddam Hussein e o fim do partido Baath, surgiu um ambiente de revanche. Os xiitas e curdos assumiram o controle do Iraque, alijando os sunitas do poder.

A exclusão fez com que os sunitas apoiassem e aderissem à insurgência. Com o desmantelamento das forças armadas iraquianas e a frustração sunita, militares especializados da guarda pessoal do ditador deposto acabaram colaborando com as forças insurgentes, não somente oferecendo suas especialidades, mas acesso a armas.

Com a retirada, em 2011, das forças norte-americanas no Iraque, o abismo se transformou em guerra civil.

Também em 2011, deu-se início na Tunísia a Primavera Árabe, tendo como objeto a destituição dos legados ditatórias pan-arabistas no norte da África e Oriente Médio.

Analistas ocidentais, em um primeiro momento, trataram a Primavera Árabe, como a chegada dos ventos da modernidade em terras islâmicas, sem entender os reais motivos, fundamentos e peculiaridades dos levantes.

A intelligentsia ocidental acreditou que a comunidade árabe, até então vinculada às concepções de ordem e imutabilidade coletiva, e a tradições “ultrapassadas”, com o advento do sopro “emancipatório” estariam prestes a conhecer o real sentido da liberdade individual, da igualdade e do sistema democrático.

As deduções iniciais foram precipitadas e míopes. Em verdade, a Primavera Árabe foi uma reação ao modelo geopolítico decadente estabelecido no período pós-Primeira Guerra Mundial, por meio do Tratado de Sykes-Picot. Um modelo político estabelecido em critérios de

nacionalidade/etnicidade (arabismo), territorialidade e secularidade, que deveriam substituir as concepções de Ummah (Comunidade) e Tawhid (Unidade), já abordados no capítulo anterior.

A Primavera Árabe é, assim, o resultado do esgotamento de um modelo importado ocidental, desenvolvido e constituído por potências europeias após a fragmentação do Império Otomano, que se mostrou fatalmente vulnerável com a crise econômica de 2008/2009 e a expressão de reivindicação de participação popular e liberdades vinculadas à tradição Islâmica.

A principal força fomentadora do levante foi a Irmandade Muçulmana, com a proposta de restaurar o Islã, não somente aos egípcios, mas aos muçulmanos do Oriente Médio (Síria, Kuwait, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita).

A dificuldade de compreensão da realidade árabe-muçulmana por parte dos norte-americanos e aliados, presos as suas concepções universalistas/unidimensionais, fez com que a sua participação no apoio a Primavera Árabe fosse tímida ou equivocada. Os norte-americanos e seus aliados recusaram em apoiar a Irmandade Muçulmana, devido a incompreensão quanto a indissociabilidade entre a militância política e a religiosa, desestabilizando a condução da insurgência e dando espaço para movimentos fundamentalistas radicais.

O Ocidente, capitaneado, pelos norte-americanos questionaram se o uma denominação político-social como a Irmandade Muçulmana estaria comprometida com valores democráticos e republicanos.

Na Líbia, a ação interventiva ocidental, liderada pelos norte-americanos, não fizeram distinção entre os movimentos insurgentes. Armas e recursos caíram em mãos de grupos jihadistas ligadas ao Al Qaeda. Após a queda do regime, a Líbia efetivamente fragmentou-se em regiões submetidas a senhores da guerra, agremiações tribais (beduínos) e grupos jihadistas, sustentadas pelo petróleo comprado por europeus e norte-americanos.

Na Síria, coisa semelhante aconteceu, em meio a titubeios e precipitações dos norte-americanos no governo Obama, colocaram a oposição síria numa mesma condição de apoio. Houve a entrega da “chave do cofre e da dispensa aos ladrões”. Armas e bens foram disponibilizados, por intermediação da Arábia Saudita e outros países do Golfo, como Qatar, Emirados Árabes e Omã, que nunca foram simpáticos à Irmandade Muçulmana, privilegiando movimentos salafista wahabitas, a exemplo da Frente Al Nusra ou Jabhat an-Nuṣrah li-Ahl ash-Shām (Frente da Vitória para o Povo da Grande Síria"), o braço sírio do Al Qaeda.

3. ISIS

No dia 28 de junho de 2014 o mundo conheceu formalmente o Estado Islâmico do Iraque e do Levante, ou ISIS (Islamic States of Iraq and Sham), e ao seu líder Abu Bakh al-Baghdadi, autoproclamado califa (Califa Ibrahim).

Suas origens remontam aos movimentos de resistência sunitas no Iraque, contrários ao governo de maioria xiita, e na Síria, contrários ao regime alauíta de Bashar al-Assad. O ISIS, portanto, é o resultado da fusão do Estado Islâmico do Iraque, um movimento de insurgência sunita ligado inicialmente ao Al Qaeda, e a Frente al-Nusra, frente sunita e sufi de resistência na Síria (NAPOLEONI, 2015).

Seu líder Abu Bakh al-Baghdadi foi imã em Bagdá e Fallujah, possuindo formação teológica pela Universidade de Bagdá. Ele se autodenominava descendente de Maomé e sua proposta era restaurar o Califado Abássida, restabelecendo os tempos de glória do Islã. O califado autoproclamado tem, portanto, como retórica a restauração e purificação do Islã e a aplicação da Sharia.

Na concepção de Baghdadi, o mundo é dividido, para o líder insurgente, em muçulmanos, mujahadins (guerreiros sagrados) e infiéis (falsos muçulmanos, judeus e “cruzados” / WRISS, 2015). Sua intolerância implacável mostrou-se contra as minorias religiosas xiitas, drusas, yazidis, zoroastristas e cristãs, que ainda correm risco de extermínio.

Os atentados se espalharam pelo mundo, atingindo o Irã (2017), Paquistão (2016 e 2017), Turquia (2015), Kuwait (2015), Tunísia (2015), Iraque (2016), Líbano (2015), Egito/Rússia (2016), Bélgica (2016), Alemanha (2016), além de vários ataques à França (2015 e 2016).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de percepção e até mesmo o desinteresse triunfalista dos EE.UU. culminou em resposta violenta dentro do Islã sunita e xiita, que recorreu ao uso do terror como resposta. A Guerra do Afeganistão, a Guerra do Golfo em 1992, a Invasão do Iraque em 2003 e a inércia quanto a Primavera Árabe em 2011, propiciaram e fortaleceram o Jihadismo, tendo como seu fruto amargo o ISIS/Daesh.

O terror “convencional”, caso seja possível chamar assim, é alimentado pela violência institucional, que, em contrapartida dá folego ao aparato repressor institucional. Trata-se de um círculo vicioso, como observado no governo Bush, que utilizou de medidas “preventivas” baseadas na força militar, na supremacia político-econômica norte-americana e nas concepções de “guerra justa”, “missão civilizatória” e “exceção permanente”, acirrando e alimentando a ódio e mais violência.

Trata-se de uma cegueira envolta a encantamentos e restrita ao seu próprio reflexo narcísico-triunfalista. A manutenção da aliança com os sauditas, a hostilização entre israelenses e árabes/muçulmanos, com a questão do reconhecimento de Jerusalém como capital, a confrontação com o Irã e a completa marginalização da Irmandade Muçulmana são demonstrações que os EE.UU. conservam um ambiente instável e perigoso, com repercussões negativas mundiais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ASLAN, Reza. **How to win a cosmic war: God, globalization, and the of the war on terror**. New York: Random House, 2009.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. **Terrorismo: conhecimento e combate**. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
- HOFFMAN, Bruno. **Inside terrorism**. Columbia University Press, 1998, p.43.
- JALAL, Ayesha. **Combatentes de Alá: a jihad no sul da Ásia**. São Paulo: Larousse, 2009.
- KEPPEL, Gilles. **Jihad**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LEWIS, Levering David. **O Islã e a formação da Europa, de 570 a 1215**. Barueri: Amariyls, 2010.
- MOUBAYED, Sami. **Under the back flag: na exclusive insight into the inner workings of ISIS**. New York: Tauris, 2015.
- MUSAUI, Sayyed Hashem. **O sistema social no Islam**. São Paulo: CIB, 2006.
- NAPOLEONI, Loreta. **A fênix islâmica: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- SEGATTO, José Antonio. **Terrorismo e globalização (Espectros do terror)**. Revista política democrática. Ano XV. n.44. Fundação Astrogildo Pereira, 2016.
- SILVA, António Costa. **A luta pelo petróleo**. Instituto português de relações internacionais (IPRI/UNL). Disponível em:
<http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r6/RI6_ACSilva.pdf>.
- SUAREZ, Marcial A. Garcia. **As guerras de George W. Bush e o teorrismo no século XXI**. Curitiba: Appris, 2013.
- WHITTAKER, David J. **Terrorism: understanding the global threat**. London: Pearson/Longman, 2007.

VISENTINI, PAULO G. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

WRISS, Michel; HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico: desvendando o exército do terror**. São Paulo: Seoman, 2015

WOOD, Graeme. **A guerra do fim dos tempos: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
lexhumana@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=LexHumana>



PORFÍRIO DE CASTRO VIEIRA, Danilo. Ação ocidental no Oriente Médio e a formação do jihadismo sunita. **Lex Humana**, v. 10, n. 1, 2018. ISSN 2175-0947. Disponível em:
<<http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1579>>
